

Associações de Socorro Mútuo: estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República.

Antonio Gasparetto Júnior*

Resumo: As associações mutualistas foram alternativas para os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, frente à ausência de políticas sociais. Enfocamos especialmente neste trabalho as associações organizadas por imigrantes na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. O que se pretende apontar aqui são as atuações dos imigrantes na criação de espaços que não só propiciassem ambientes de sociabilidade entre indivíduos de uma mesma cultura, como também articulações capazes de dar conta da falta de amparo pelo Estado.

Palavras-chave: Mutualismo, Associações de Imigrantes, Juiz de Fora.

Introdução

As associações mutualistas proliferaram pelo Brasil no final do século XIX, em Juiz de Fora (MG), não foi diferente. Entre os diversos motivos tidos para a criação de organizações desse tipo encontram-se as associações de imigrantes.

No desenvolvimento deste texto apresentamos três movimentos elucidativos. Inicialmente oferecemos uma breve abordagem teórica sobre o fenômeno do mutualismo, sua inserção na historiografia e importância para a compreensão de elementos fundamentais da sociedade contemporânea, os sindicatos e as medidas de previdência social.

No segundo momento do texto, apresentamos uma rápida observação sobre a história da cidade de Juiz de Fora, destacando a presença do trabalhador imigrante desde o nascimento da cidade e sua importância para o crescimento econômico de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata mineira.

Por fim, apresentamos breves linhas sobre as associações que estão sendo pesquisadas no momento. Escolhemos trabalhar com associações de diferentes nacionalidades, sendo uma italiana, uma alemã e uma portuguesa.

* Graduando do 8º período em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG. E-mail de contato: gasparetto@demolay.org.br

O fenômeno mutualista

Este trabalho pretende apresentar indicações de uma pesquisa ainda em curso desenvolvida no âmbito do Laboratório de História Política e Social, em Juiz de Fora. A experiência do mutualismo é abordada na mesma cidade com perspectivas de se compreender as formas de organização dos trabalhadores que competiram para a formação de um pensamento de classe, formação de espaços de sociabilidade e progresso da cidadania. O estudo das associações mutualistas ainda é relativamente recente no Brasil, se comparada aos países da Europa e mesmo a outros da América Latina. Recentemente o número de trabalhos tem conhecido um fluxo mais intenso, os pesquisadores, que por muito tempo colocaram as mutuais como formas inferiores de organização dos trabalhadores, passaram a atentar para a importância de tal tipo de associação urbana.

As associações beneficentes, de caráter mutualista, surgiram no Brasil em meados do século XIX, mas foi na última década deste século e nas duas primeiras do século XX que encontraram espaço para crescimento numérico e em importância. Até o ano de 1882 o funcionamento dessas sociedades passava pela liberação do Conselho de Estado (VISCARDI, 1995, p. 102). Após a lei de 1882 que retirou a responsabilidade do Conselho de Estado do Império de decidir sobre o funcionamento das mutuais, um novo alento foi dado em 1893 quando o decreto número 173 da República permitiu que tais associações adquirissem personalidade jurídica através do registro de seus estatutos (LUCA, 1990, p. 385, a). Mas foi somente o Código Civil de 1916 que tornou a regulamentá-las. Durante a década de 1920 as associações mutualistas conheceram um progressivo esvaziamento gerado pelo aparecimento das seguradoras e das leis iniciais de amparo social, as quais só tomaram forma mais clara com o governo de Getúlio Vargas.

As sociedades de socorro mútuo permitiram o florescimento de uma cultura associativa, cultura esta que Claudio Batalha define da seguinte maneira:

Cultura associativa é o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão do mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Essa cultura associativa, ainda que receba a influência e influencie as culturas diversas correntes atuantes no movimento operário – culturas militantes – é distinta desta. A cultura militante é posterior e bem mais restrita que a cultura associativa que cronologicamente a precedeu. Não significa que a cultura associativa não seja atravessada e marcada pelas diferentes

concepções ideológicas atuantes no movimento operário. (BATALHA, 2005, p. 99-100)

Ainda sobre a cultura associativa, é preciso lembrar que ela assume dois significados. O primeiro refere-se à construção institucional de formas de sociabilidade e o segundo diz muito sobre a forma como os indivíduos percebem o mundo através das associações.

Os pesquisadores hoje são unânimes em todos os lugares em concordar que as sociedades mutuais construíram bases que permitiram o avanço tanto dos sindicatos, como das instituições de seguridade social. Michel Ralle, por exemplo, faz este tipo de abordagem para as mutuais na Espanha (RALLE, 1999, p. 15), enquanto Tânia Regina de Luca, uma das pioneiras na pesquisa das sociedades de auxílio mútuo no Brasil, também concorda com a abordagem que colabora para a história do movimento operário e a do sistema previdenciário (LUCA, 1990, p. 12, a). Na Inglaterra, onde a ocorrência das mutuais é mais antiga por conta do desenvolvimento industrial do capitalismo, Alan Kidd apresenta as mutuais como recurso de sobrevivência dos trabalhadores em um mundo fortemente transformado pelo capital, mas que gradativamente foi perdendo seu espaço para as seguradoras (KIDD, 1999).

No Brasil, a discussão em torno do mutualismo chegou com certo retardo em relação ao resto do mundo. Como dito, um dos trabalhos pioneiros e que realmente deu o enfoque necessário para a organização dos trabalhadores em sociedades de auxílio mútuo foi a tese de Tânia Regina de Luca, em 1990 (LUCA, 1990, b). Somente a partir daí trabalhos começaram a aparecer no Brasil, mesmo assim de forma tímida. Sobre a discussão do mutualismo, dois pontos marcaram os passos iniciais: a relação do mutualismo com o sindicalismo e o nexo supostamente existente entre abolição e sociedades de mútuo socorro.

A visão mais antiga e menos reveladora que se tinha de tais sociedades é que elas desapareceram no Brasil em consequência da abolição da escravatura. Esse tipo de hipótese nem mesmo teve forças para se sustentar, ao menor sinal de trabalhos empíricos ficou claro através das documentações levantadas que o grande crescimento das mutuais no Brasil se deu na década de 1890. A comprovação nas fontes derrubou a idéia de que os trabalhadores livres após 1888 passariam a se organizar naturalmente em uniões e sindicatos (LUCA, 1990, p. 8-9, a). Por outro lado, o que ganhou mais corpo nos debates sobre mutualismo foi o envolvimento supostamente direto entre as mutuais e os sindicatos, acreditando-se que se tratava de um avançar de etapas necessariamente. Este segundo tipo de hipótese também foi superado, as

pesquisas desenvolvidas em vários estados brasileiros mostraram que sindicatos e mutuais coexistiram e não representavam um processo obrigatório da organização dos operários.

É importante notar, contudo, que a existência simultânea no tempo e no espaço de sociedades mutualistas e de sindicatos acarreta em cruzamentos históricos. Os filiados de mutuais tinham perfis diferentes dos filiados em sindicatos, entretanto ambos convergiam na integração de sociedades que visavam solucionar problemas da vida social (RALLE, 1999, p. 30). Alexandre Fortes, em estudo de mutuais de Porto Alegre, demonstra que organizações mutualistas existiram até mesmo dentro de sindicatos, que a coexistência de ambos ocorreu em diversos níveis para promover a beneficência (FORTES, 1999). Isso reforça a questão de que o mutualismo não deu origem e tão pouco se confunde com o sindicato, uma vez que as organizações de mútuo socorro não eram exclusivamente operárias e tinham diversos preceitos que determinavam a sua existência, os quais eram distintos do movimento militante (LUCA, 1990, p. 10, b).

Outro ponto, que foi levantado por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, aborda o mutualismo e a filantropia (VISCARDI, 1995). Michel Ralle argumenta que o Estado poderia favorecer na identificação mais precisa das associações mutualistas (RALLE, 1999, p. 28), entretanto a observação de Cláudia Viscardi mostra que o Estado, por vezes, não sabia nem mesmo distinguir as sociedades mutualistas das sociedades filantrópicas.

O fato é que com o passar do tempo as diferenças entre sociedades mutualistas, filantrópicas e sindicais foram ficando mais nítidas. A partir de 1917 os sindicatos já não contavam mais com número reduzido de operários, como é o caso das mutuais, mas sim com milhares deles (BATALHA, 2005, p. 106). Por outro lado, as sociedades mutuais perderam membros com a entrada das seguradoras no cenário da seguridade, o que não se relaciona com os sindicatos.

Nesse caminho, fica claro o anseio dos trabalhadores pelas mutuais. Em meio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a insegurança em relação ao futuro e a falta de amparo do Estado em políticas assistencialistas faziam com que os trabalhadores buscassem o socorro das associações mutualistas, já que representavam as únicas formas de alento na luta pela sobrevivência no sistema. Quando a Lei Eloy Chaves foi promulgada em 1923, a qual é considerada por muitos como o ponto de partida da previdência social no Brasil, trazia não só

o despertar do Estado para os problemas sociais, mas em seu texto incorporava vários elementos e práticas há muito já desenvolvidas pelas associações mutualistas.

A sobrevivência das mutuais não foi abalada apenas pela ocorrência das seguradoras, a manutenção das atividades dependia grandemente do envolvimento dos associados e do cumprimento de uma série de exigências fundamentais. A forma de organização dependia em muito do tipo de público que pretendia receber, em torno disso uma série de rituais marcavam o dia a dia de tais organizações. A identidade das associações, marcadas por bandeiras, estandartes e símbolos, oferecia uma imagem ao observador externo de coesão e unidade. Por outro lado, a riqueza desses rituais denotava a solidez e estabilidade para garantir a manutenção de suas atividades (BATALHA, 2005, p. 100-103).

Cada associação tinha em seu calendário uma série de datas especiais para comemoração, em geral o Dia do Trabalhador era o mais venerado entre todas elas. Mas em alguns casos as sociedades assumiam traços específicos da origem étnica dos membros, o que é o caso das associações de imigrantes. Em ambientes deste tipo a questão da identidade era ressaltada no dia a dia e nas datas comemorativas, normalmente o calendário reunia uma série de ocasiões que tinham relacionamento apenas com o país de origem dos membros da associação. Se as mutuais de imigrantes também almejavam protegê-los da exploração capitalista, desejavam ainda garantir os traços de uma cultura distante, cultivando datas e nomes que mantinham viva a memória do país de origem.

A origem da organização dos trabalhadores estrangeiros em sociedades no Brasil está na própria terra natal, Manuel Diegues Júnior nos lembra que esse espírito associativo foi na verdade transferido para o Brasil, onde pôde desabrochar além dos socorros mútuos, mas também na preservação de uma identidade (DIEGUES JÚNIOR, 1964, p. 270). Os italianos, especificamente, deram origem ao fenômeno associativo no Brasil antes mesmo do período de emigração em massa, suas reuniões em sociedades de socorro mútuo se deram até mesmo em regiões mais afastadas como Pará, Paraíba e Amazônia (BIGAZZI, 2006, p. 98).

Considerações sobre a História de Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora nasceu com a abertura da Estrada União e Indústria na metade do século XIX. Para realização da obra, Mariano Procópio Ferreira Lage contratou o

engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld juntamente com dezenas de outros trabalhadores do mesmo país. Foram os alemães que formaram a população inicial da cidade reunidos na colônia Dom Pedro II (STEHLING, 1966, p. 30-31).

A abertura da nova estrada permitiu o crescimento da região da Zona da Mata, na qual está inserida a cidade, atendendo o anseio dos cafeicultores de dinamizar o comércio e a escoação da mercadoria. De fato o impacto da estrada foi grande não só para a região, mas para toda a província de Minas Gerais. À época, o principal produto na pauta de exportação do Brasil era o café, o qual tinha sua produção concentrada nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em Minas Gerais as lavouras estavam localizadas na região da Zona da Mata e mais ao sul, a construção da nova estrada permitiu a plena ascensão do produto, facilitando a escoação e o comércio como um todo na província. Logo, a região da Zona da Mata se tornou a mais rica da província. Todavia não foi só o café que gerou o enriquecimento da Zona da Mata mineira, os trabalhadores imigrantes alocados em Juiz de Fora que participaram da construção da Estrada União e Indústria investiram na cidade seus capitais acumulados pelos serviços prestados na Companhia União e Indústria e fizeram brotar iniciativas empreendedoras na cidade que foram responsáveis pela dinamização da economia local e o enriquecimento de Juiz de Fora. Na cidade foram criadas indústrias pioneiras não só na província mineira, mas no território brasileiro (GASPARETTO JÚNIOR, 2010, a).

Minas Gerais se configurou como a província com o maior plantel escravista no Brasil, a mão-de-obra do imigrante na lavoura foi por muito tempo protelada, ao contrário do que aconteceu em São Paulo. Foi somente a proximidade da lei definitiva de libertação dos escravos que alertou os cafeicultores para a substituição dos trabalhadores compulsórios pelos livres e estrangeiros. Norma de Góes Monteiro, em seu clássico trabalho, aponta que o interesse pelo imigrante se deu pela dificuldade de fixar o trabalhador nacional na lavoura e também pela dificuldade de desviar o escravo para outras atividades (MONTEIRO, 1994, p. 29). O trabalhador imigrante tinha em Minas Gerais privilégios que nem mesmo o nacional, considerado preguiçoso e indolente, tinha, como o acesso garantido a uma pequena propriedade. Os imigrantes passaram a ser foco de industriais e fazendeiros não pela especialização, mas pela disciplinalidade (YAZBECK, 2004, p. 126).

No caso de Juiz de Fora, o imigrante que se fixou na cidade encontrou a possibilidade de desenvolver pequenos negócios através de cooperação familiar e das diversas sociedades existentes. Como um avançado centro urbano, Juiz de Fora se tornou um pólo de atração para o imigrante (MÔNICA OLIVEIRA, 1990, p. 176-178).

Na Primeira República, a capacidade de dinamização da economia de Juiz de Fora, articulando entre as indústrias e as lavouras de café, permitiu que a cidade superasse a crise da última década do século XIX. No entanto, o estado de Minas Gerais perdeu a condição de sustentar o fluxo de imigrantes, reduzindo-o drasticamente.

Entre as nacionalidades de imigrantes que formaram Juiz de Fora se destacam alemães, italianos e portugueses. Os primeiros participaram diretamente do nascimento da cidade e se estabeleceram na mesma desenvolvendo seus investimentos e famílias, marcam um importante grupo que, no entanto, foi decrescendo com o correr do século até ocupar a terceira posição em quantidade de chegados e residentes entre as nacionalidades citadas. Já os italianos representaram o grupo que preponderou na imigração, “supostamente por causa de sua fácil adaptação, da excelência no trabalho agrícola” e porque seu país não oferecia condições adequadas para o homem no campo após a unificação (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1897, p. 19). Em vários momentos os italianos superaram em número até mesmo os portugueses no fluxo imigratório. Os portugueses, por sua vez, possuem uma relação histórica mais íntima com o Brasil, o que torna aguçada sua presença na corrente imigratória.

Associações de imigrantes em Juiz de Fora

Com o panorama histórico da cidade de Juiz de Fora favorável ao imigrante, tendo a cidade nascido e desenvolvido pelo trabalho do alemão e o próprio desenvolvimento econômico e urbano local terem favorecido à imigração, é normal que se encontre associações de imigrantes em Juiz de Fora. Em levantamento feito com Cláudia Viscardi, foram encontradas até o momento 25 sociedades de imigrantes, o que corresponde a 10,63% das 235 associações levantadas para o município. Em nossa atual linha de abordagem, tomamos como prioridade o estudo de três dessas associações de imigrantes, sendo uma de cada nacionalidade. As pesquisas estão sendo desenvolvidas em torno da Associação Beneficente

Umberto I, de italianos; Sociedade Auxiliador Portuguesa, de portugueses; e da Sociedade Alemã de Beneficência, de alemães. Todas estas possuem o caráter de sociedades de mútuo socorro.

O número de sociedades mutualistas em Juiz de Fora era considerável para a época, tanto que entre os dias 15 e 18 de abril de 1914 a cidade abrigou o Congresso Brasileiro de Mutualismo, o qual foi convocado pelas sociedades Garantia do Futuro e Redentora e Humanitária, ambas de Juiz de Fora (SOARES, 1975, p. 113-114).

A Associação Beneficente Umberto I foi fundada no dia 30 de outubro de 1887, com a finalidade de prestar assistência médica aos sócios e concorrer para as despesas de funeral dos associados. Determinava número limitado de sócios, sendo que estes deveriam ser somente italianos ou filhos de italianos nascidos no Brasil (ESTATUTO UMBERTO PRIMO, 1887). Alguns dias depois, o jornal O Pharol noticiava a instalação da associação da seguinte maneira:

Il giorno 30 del p. p. alle due P. M. in una sala dell'otel Petisco generosamente offertada dal sig. Enrico Lombardi, ebbe luoco la onstallazione della societá di beneficenza italiana.

Essendo presenti 30 soci se formó la direttoria, che fu organizzata cosí:

Presidente: Giuseppe Antônio Picorelli

Vice-presidente: Giuseppe Pagani

Tisorieri: Afonso Colucci

Segretário: Giuseppe Luigi di Fáfio

Consiglieri: Biagio di Giacomo, Giuseppe Grippi, Luigi Perri, Carlo Abatemarco, Vincenzo Picorelli, Antonio Lamarca.

Ci appelliano a tutti gli italiani, che si trovano in Juiz de Fora e nei d'intorni, e l'invintiano a intervenire domenica, 6 de novembro, a nezzo giorno, nella medesima sala del sig. Lombardi. (O PHAROL, 1887, p. 2)

Durante muito tempo toda forma de divulgação da associação foi feita em língua italiana, reforçando seus laços com a terra de origem. A associação teve grande aparência na cena pública da cidade, manteve durante vários anos uma escola em sua sede destinada a ensinar italiano e a cultura do país aos brasileiros e demais interessados (BASTOS, 1964, p. 39). Na ocasião da abertura da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa na cidade, em 1888, a sociedade foi uma das entidades locais a receber o primeiro grupo de imigrantes que a ocuparia (LESSA, 1985, p. 210-211).

Entre os anos de 1900 e 1902, um atrito interno fragmentou a associação dando origem às sociedades Fanfarra e Principe di Piemonte, mas estas duas tiveram vida efêmera,

como a maioria das associações, pela incapacidade de arcar com as finanças que as instituições demandavam. Após fecharem as portas, seus bens foram todos doados à Associação Beneficente Umberto I (BASTOS, 1967, p. 39). Anos mais tarde, a Associação Umberto I abriu-se para os brasileiros e tornou-se Sociedade Beneficente Ítalo-Brasileira Umberto I. Manteve-se viva por muito tempo, participando ativamente da vida social da cidade.

A Sociedade Alemã de Beneficência foi fundada no dia 26 de maio de 1872 com o nome de Sociedade Alemã de Socorros Mútuos. Possuía prédio próprio, sonho de todas as mutuais, e abrigava homens e mulheres que falassem alemão. Teve grande desenvolvimento na cidade, conquistando uma caixa farta de recursos para os associados e grande número destes (O PHAROL, 1911, p. 10).

A sociedade, contudo, passou por várias dissoluções e reestruturações em decorrência das dificuldades financeiras. Embora nos anos iniciais o número de sócios e valor acumulado em caixa fossem grandes, a inadimplência era recorrente entre as associações e as dificuldades de cumprir as responsabilidades financeiras tornavam-se agravadas. Por várias vezes promoveu quermesses e leilões com a finalidade de arrecadar fundos para sustentação da associação. Previa em seu estatuto, o auxílio médico e funerário como nas demais.

Por causa do nazismo, a sociedade mudou de nome na década de 1930 para evitar ataques xenófobos, passou a se chamar Sociedade Beneficente Mariano Procópio.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi fundada no dia primeiro de dezembro de 1891 por iniciativa de Joaquim Dias da Silva, tinha como meta atender os portugueses que fizessem parte do quadro de membros da associação com recursos em casos de doenças, colaborar financeiramente para viagens a Portugal, oferecer aulas no período noturno para os sócios, elaborar e manter uma biblioteca e promover missas e festas em comemoração de datas especiais no calendário português. (ESTATUTO SOCIEDADE AUXILIADORA PORTUGUESA, 1891).

Em 10 de setembro do ano de 1898, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi agraciada pelo rei de Portugal, Dom Carlos I, com o título de Real (WANDERLEY OLIVEIRA, 2006, p. 26). Não só o honroso título fazia da sociedade instituição conhecida na cidade, diversas eram as publicações em jornais locais e festas promovidas pela entidade, com a finalidade de arrecadar fundos e promover a cultura portuguesa. Sendo um ambiente marcado pela cultura e

conhecimento desde sua fundação, a sociedade viu nascer em seu interior, no ano de 1950, a Associação Cultural Luso-Brasileira, que logo se tornou independente e mantém-se em funcionamento até os dias de hoje.

Considerações Finais

Como dito inicialmente, as pesquisas que envolvem as associações mutualistas em questão ainda não foram finalizadas. Muitos documentos das associações ainda aguardam tradução e análise. Por se tratar de ambientes de sociabilidade de estrangeiros, a maioria dos documentos aparece em língua do país de origem, certo é que não há problemas para os portugueses, mas os documentos em italiano e alemão exigem mais tempo para trabalho. Outro agravante é que, felizmente, dispomos de um grande número de fontes primárias, que abarcam as associações em si, política de imigração em Minas Gerais, documentos sobre o fim da escravidão, presença do imigrante na cidade e recortes de jornais.

A simples apresentação das associações de imigrantes especialmente observadas na cidade de Juiz de Fora já demonstra como se dá a inserção deste tipo de mutual na compreensão do fenômeno mutualista. Muitos dos questionamentos colocados pela historiografia inicialmente são esclarecidos com essas observações, deixando de lado alguns dogmas que não possuem comprovação empírica.

As associações de imigrantes vão muito além de proteger seus membros dos malefícios e riscos da super exploração do capitalismo em terras brasileiras, seja nas lavouras ou nas indústrias, também constituem os espaços de sociabilidade de grupos com culturas e costumes distintos.

Fontes Primárias

Estatuto da Associação Beneficente Umberto I

Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa

Jornal O Pharol de 04/11/1887

Jornal O Pharol de 11/09/1911

Relatório da Província de Minas Gerais de 1897

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967.

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Imigração na Zona da Mata Mineira: fases e características entre 1850 e 1914. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. Rio Pomba, 2010. (a)

KIDD, Alan. **State, Society and the Poor in Nineteenth-Century England**. Londres: Macmillan Press Ltd., 1999.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo. In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. II. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (a)

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. “**Por Mares Nunca d’Antes Navegados**”. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

RALLE, Michel. A Função da Proteção Mutualista na Construção de uma Identidade Operária na Espanha (1870-1910). In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975.

STEHLING, Luiz José. Trajetória da Indústria em Juiz de Fora. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Ano II, nº 2, janeiro 1966, Juiz de Fora.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Lócus**. Juiz de Fora: Vol. 1, n. 1, 1995.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.